



O ensino de Filosofia Africana e a experiência do GEFAA

José Victor Alves da Silva



Resumo: De 2016 a 2022, o Grupo de Estudos de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas (GEFAA) da Unicamp foi responsável por promover as primeiras experiências coletivas organizadas para discussão das contribuições da Filosofia Africana no âmbito desta universidade, além de por promover essas discussões também fora da universidade, em especial na cidade de Campinas-SP, assumindo um duplo caráter, acadêmico e militante. Este ensaio envolve tanto um relato de experiência quanto uma breve reflexão pessoal e bibliográfica, cujas questões em debate apontam para: a legitimidade da Filosofia Africana como campo filosófico acadêmico; o caráter racional-emocional da Filosofia e seu desdobramento, embasamento e encorajamento para a ação; a potencialidade dos estudos extracurriculares; e a necessidade de ampliação da chamada extensão universitária. Essa discussão conversa com as contribuições de Sueli Carneiro, Audre Lorde, bell hooks, entre tantas outras. Além das nossas leituras, a formação do GEFAA costura a contribuição de docentes e discentes da universidade, do antigo Grupo de Literatura Africana da Unicamp e de estudantes e militantes de Campinas.

Palavras-chave: Relato de experiência. Grupos de estudos. Iniciativa discente. Ensino de Filosofia Africana.

Introdução

Com a intenção de contribuir para o debate sobre o Ensino de Filosofia Africana, trago aqui algumas reflexões sobre a experiência dos primeiros seis anos do Grupo de Estudos de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas (GEFAA), nos quais foram realizadas diversas atividades orientadas para a pesquisa e ensino-aprendizagem dessas filosofias na cidade de Campinas, interior paulista.

Inicialmente, o GEFAA se reunia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mas logo expandiu sua área de atuação. Também conhecido como “Grupo de Filosofia Africana da Unicamp”, o GEFAA foi fundado em 2016, sendo ativo até 2022 e, dois anos depois, foi reativado. Ao longo desse tempo, o Grupo contribuiu para a incorporação (senão também excorporação epistêmica) da Filosofia Africana em suas travessias em aulas, mesas de debate, palestras e minicursos em eventos acadêmicos e outros espaços de discussão pública, no Encontro de Pesquisa da Graduação, na Semana de Ensino, em escolas, centros culturais, cursinhos populares, leituras e pesquisas coletivas, rodas de conversa, na Universidade e em outros locais.

Para organizar essa reflexão sobre a história do GEFAA, poderíamos agrupar essa experiência em três fenômenos: a rejeição inicial à Filosofia Africana por parte de uma parcela da comunidade da Filosofia da Unicamp; a nossa participação em eventos na Universidade organizados pela comunidade acadêmica ou pelo próprio GEFAA; e a realização de atividades organizadas e/ou conduzidas pelo GEFAA fora da universidade. Embora a Filosofia Africana academicamente conte com uma maior “aceitação” hoje, o “desinteresse” pela Filosofia Africana por parte de estudantes e professores da Unicamp ainda é imenso. Fundada em 1983, levou quase 40 anos até que a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), por exemplo, criasse os GTs de Filosofia e Raça e o de Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana.

Aqui, as questões que provocam nosso debate são a *legitimidade* da Filosofia Africana como objeto, senão melhor sujeito, de conhecimento filosófico; a *qualidade* da Filosofia como reflexão racional e emocional; a *capacidade* da sabedoria filosófica como reflexão para a ação; a *potencialidade* dos estudos extracurriculares como componente formativo para educandas/os e educadoras/es universitárias/os ou não; e a *necessidade* tanto das ações de extensão quanto das renovações do currículo para uma crítica epistêmica da filosofia acadêmica eurocentrada. Nessa perspectiva do Ensino de Filosofia, a própria concepção do que é “Filosofia” é tensionada pelo seu questionamento junto aos conhecimentos e jeitos de conhecer da Filosofia Africana.

Houve momentos em que nos diziam: “mas se nós também não temos filosofia árabe ou oriental na grade do curso, qual o problema em não ter filosofia africana?” Ora, a principal matriz demográfica e cultural do nosso país não é árabe nem asiática, mas afrodescendente, sendo que a população negra, maioria desse país, contribui com as instituições educacionais pagando impostos que não estão sendo retornados devidamente. Outra, “eu posso ensinar filosofia africana, sendo branco?” E eu, eu posso ensinar filosofia europeia, sendo negra? Entendo a negação da Filosofia Africana nos discursos e nas práticas de ensino e pesquisa como consequência do racismo estrutural e da negação geral da nossa ascendência africana no Brasil, estabelecidos historicamente pelas políticas das elites

estrangeiras e nacionais que, depois de sequestrar, escravizar e colonizar, investiram na apropriação injusta e seletiva dos saberes derivados de África, eliminando saberes que ameaçam a ordem do sistema hegemônico, além de precarizar e explorar economicamente o trabalho de africanos e afrodescendentes, segregar e controlar geopoliticamente populações pobres, negras e indígenas, matar ou aprisionar essa gente escura, a fim de abastecer as burguesias e embranquecer a nação, no corpo e na mente.

Para falar de fontes quantificadas, existem dados que sustentam nossa crítica. Em uma pesquisa sobre os *Estudos Filosóficos sobre o Negro no Brasil*, ao mapear as pesquisas de pós-graduação em filosofia de 1987 à 2018, sobre populações negras, filosofias africanas e afrodiaspóricas, Fernando Moreira descobre que “a produção dos estudos filosóficos da negritude compõem, na mais condescendente das hipóteses, apenas cerca de 0,5% da produção nacional” (Moreira, 2019, p. 313). Nessa rasteira, concordamos com a filósofa brasileira Lélia Gonzalez (2020), que critica o embranquecimento produzida pela filosofia europeia, apesar das suas apropriações indevidas de filosofias africanas, ou com o filósofo jamaicano Charles Mills (1999), quando constata que a Filosofia é a mais branca das áreas das Humanidades.

A formação do Grupo de Filosofia Africana

Gostaria de apresentar brevemente o contexto de surgimento do nosso grupo de estudos, em meados de 2016. Naqueles meses, os três setores da universidade, os sindicatos docente e técnico-administrativo e o movimento estudantil (quase todos os 60 cursos dos três campus da Unicamp), foram paralisando e decretando greve contra o corte de verbas e seus desdobramentos. Entre reverter o corte e reivindicar a ampliação da Moradia Estudantil, a pauta da adoção de um sistema de reserva de vagas na graduação ganhou maior destaque nesse movimento, levando à implementação das cotas sociais e raciais e do Vestibular Indígena. Organizado desde 2012, o movimento pró-cotas se expandiu naquele ano, também conquistando a adoção de cotas em certos cursos de pós-graduação.

Atuando no movimento grevista a partir da minha participação no Núcleo de Consciência Negra (NCN-Unicamp) e do Centro Acadêmico da Filosofia (CAFIL) desde o início do ano anterior, aprendi bastante com aquela experiência de militância política auto-organizada. Entre muitas assembleias estudantis, no dia 17 de maio, para atender uma demanda da graduação da Filosofia da Unicamp – bem como da sociedade brasileira, onde as leis 10.639 e 11.645, que prevêm a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas, afrobrasileiras e indígenas, são descumpridas sistematicamente –, as/os estudantes da graduação de Filosofia deliberaram a favor da

contratação de um/a professor/a de Filosofia Africana. Ora, a Filosofia faz parte da Cultura, portanto seu ensino é obrigatório. “Mas tem lei que não pega, né?” E por que será?

Em 14 de junho, o CAFIL promoveu uma aula pública na Unicamp sobre Filosofia Africana, ministrada pelo Teófilo Reis, hoje doutor em Sociologia pela Unicamp e em Filosofia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY) e professor da Trinity University. Esta aula aconteceu no “vão do PB”, uma área externa no Ciclo Básico II, e contou com a participação de um grande público, de diversas áreas de formação. Já em 26 de julho, formamos então um grupo informal e auto-organizado para o estudo da Filosofia Africana, como um incentivo *regular* da nossa reivindicação em prol da contratação mencionada e da investigação da filosofia africana e afro-diaspórica como um todo.

Além do Téo, militei no NCN ao lado de pessoas como a Taína, os Bruno, a Gabi, os Gui, a Tayná, a Alexandra, o Fellipe, a Milena, Helen, Jonas; do CAFIL, a Mari, o Reginaldo, o Bruno, Diego, Rômulo; dos Representantes Discentes da Moradia, os Matheus e Mateus, a Chica, Lais, Sátira; da Frente Pró-Cotas, Carol, Adriano, Aninha, Aquiles, Gustavo, Malu e a Sayuri. E muita gente mais foi envolvida pela Greve de 2016¹. Portanto, foi em meio à luta coletiva por cotas raciais na graduação e na pós-graduação e diante de um currículo e senso comum eurocêntricos que se formava nosso anseio e nossa mobilização pelo estudo de filosofias de matrizes africanas, que não eram ofertadas pelo curso, nem havia um coletivo de pessoas organizadas para essa finalidade. De acordo com a valiosa pesquisa de Tayná Mesquita (2020) em *É Preciso Mudar os Lugares da Mesa: um estudo das carreiras militantes de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas*, para a qual concedi entrevista à época, a pesquisadora afirma usando pseudônimos que:

Embora os entrevistados afirmem no contexto do NCN terem atuado apenas nos bastidores, alguns militantes reconverteram as competências políticas incorporadas na atuação no Núcleo no investimento na fundação de outros coletivos, dentro e fora da universidade, assumindo neles posições de liderança. Conforme será recuperado no capítulo três, esse é o caso de Ayana, que participou do processo de fundação de um cursinho popular, assumindo a posição de coordenação, e também mais recentemente participa do processo de fundação de um coletivo de mães, e esse também é o caso de Malik, fundador e um dos principais articuladores do Grupo de Estudos em Filosofia Africana e Afrodiaspórica do IFCH – GEFAA (MESQUITA, 2020, p. 120).

¹ A tese de doutorado de Stephanie Lima (2020) também conta sobre essa experiência da Greve da Unicamp. Faço apenas a ressalva de que foi informado de modo impreciso que o GEFAA teria sido criado em 2017, ao invés de 2016. Em parte complementando a narrativa, nosso relato conflua com as contribuições de Bruno Ribeiro (*et all*, 2022, p. 13) sobre o movimento pró-cotas: os grupos de estudos na Unicamp, como “furacões”, se tornaram “uma estratégia de permanência e desenvolvimento de carreira para intelectuais negros em um espaço considerado hostil e elitizado como a academia”.

A ideia específica de formar um grupo de estudos surgiu depois de uma conversa com as organizadoras do Grupo de Estudos de Literaturas e Culturas Africanas (GELCA) do Instituto de Estudos de Linguagem (IEL). Em poucos anos, o movimento pela literatura africana no IEL, em especial no departamento de Teoria Literária, envolvido por discentes e depois docentes, conquistou a contratação de uma professora especialista na área. Assim, também nos empenhamos neste processo com leituras e debates periódicos. Nesse processo, a biblioteca virtual do professor Wanderson Flor do Nascimento (UnB), por exemplo, foi de imensa valia².

Conforme examina o professor Luís Thiago Freire Dantas (UERJ) a partir do seu mapeamento inserido em *“Oh meu corpo, faz de mim ser que questiona”*: *O relato sobre uma pesquisa de Filosofia Africana no Brasil* (2019), observando as “dissertações/teses defendidas no Brasil que versaram sobre filosofia africana ou seus correlatos (filosofia da diáspora africana, filosofia afrodescendente) entre 1999 e 2019”, se pode avaliar que:

Há um acréscimo de pesquisas nos últimos anos, trata-se de um movimento com a perspectiva de inserir e debater teorias não necessariamente alimentadas por europeus ou norte-americanos. A produção de conhecimentos é múltipla e provém de incentivos a partir de diferentes grupos que vêm trazendo a discussão da filosofia africana para o interior da academia. Aqui posso citar alguns deles: Geru Mãe: Filosofia Afreekana (UFRJ), GEFAA: Filosofias Africanas (UNICAMP), Núcleo de Estudos de Filosofia Africana: Exu do absurdo (UnB), Rede Africanidades (UFBA) (DANTAS, 2019, p. 305-306).

O Grupo de Filosofias Africanas também foi mencionado pelo mapeamento de Antonio Filogenio Paula Junior (2019), em *Filosofia afro-brasileira: epistemologia, cultura e educação na caiumba paulista*. Enfim, celebramos pessoas queridas que fizeram parte da formação inicial do grupo, a Luciana, pedagoga, o Emiliano, teólogo, a Bruna, cientista social, além de todas que se envolveram com a gente nesses seis anos, cujas participações com leituras e questionamentos, comentários, sugestões, com apoios institucionais, incentivos, na condução de atividades, divulgação, colando lambes no IFCH e no IEL “Você conhece a lei 10.639? E a 11.645?”, entre tantas outras contribuições, que nos fazem agradecidas hoje.

As contribuições das filosofias de matrizes africanas

Entre as perspectivas filosóficas compartilhadas pelo GEFAA, muitas pioneiras, quiçá a maioria, no contexto de discussões coletivas no IFCH, se encontram as contribuições de filósofas e filósofos

² Disponível no site: <https://filosofia-africana.weebly.com/>. Acesso em 10/02/2025.

como Angela Davis, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Mogobe Ramose, Renato Noguera, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Oyèróké Oyèwúmi, Bibi Bakare-Yusuf, Sobonfu Somé. Apesar de tais repertórios, quando começamos, surgiu o questionamento sobre a pertinência da Filosofia Africana, cuja rejeição por parte de estudantes e professores se tornou o primeiro problema filosófico abordado pelo Grupo. O que seria Filosofia “Africana”? Por que existe sua negação como conhecimento filosófico? Mas afinal, o que é Filosofia? Ora, ainda faz sentido acreditar que a Filosofia nasceu na Grécia? Qual o problema em continuar pensando assim? Até quando vamos continuar ensinando isso?

Na Introdução à sua tese de doutorado sobre *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser* (2005), a filósofa paulista Sueli Carneiro convida o *Eu hegemônico* para um diálogo, a partir do lugar das vozes silenciadas e escravizadas pelo “paradigma do Outro”. Segundo este paradigma, as negras e negros são *um Outro* em relação ao *Eu hegemônico*, este sim racional, o europeu, moderno, ocidental, que pauta os termos pelos quais, teoricamente, aprendemos “a verdade”. Mas essa verdade, a sua verdade, a do *Eu hegemônico*, “reiteradas pelos séculos por meio dos aparelhos escolares e muitos outros processos educativos” (Carneiro, 2005, p. 20), é que nós somos portadores de um corpo não-filosófico. Para desfazer essas “representações negativas” associados ao corpo negro, que causaram uma “dupla mutilação” desumanizando a todas nós, pessoas brancas e não-brancas, ela propõe “um diálogo entre iguais”, interessado em “cooperar para a nossa mútua libertação” (ibidem, p.21-22).

Voltando à 2016, lembro como fiquei instigado com as falas de Eduardo Oliveira (UFBA), em uma tarde de agosto no I Ciclo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, organizado por estudantes negras/os da PUCC, o Núcleo de Consciência Negra Teresa de Benguela; e ao anoitecer do mesmo dia, na Palestra “Estética da Libertação”, realizada no IFCH, organizada pelo Grupo Interdisciplinar CLE Auto-Organização. Eduardo Oliveira é professor na Universidade Federal da Bahia que se tornou estudioso da Filosofia Africana em movimentos sociais, depois formado em filosofia, mestre em antropologia e doutor em educação. Naquele dia, muito compartilhou conosco sobre estética e feminismo, literatura negra, perspectivismo, a história da América Latina, as tradições do pensamento social brasileiro, Capoeira angola, corporeidade. Também nesta ocasião conheci o Mestre de capoeira angola Marquinhos Simplício, que muito me inspirou.

Outro marco foi em setembro daquele primeiro ano, quando, em parceria com o CAFIL e a Comissão Organizadora do XVIII Encontro de pesquisa na graduação em Filosofia, promovemos a Conferência de abertura do evento. Essa abertura, sobre “Amenemope, a filosofia e o coração, ou, a cardiografia do pensamento”, foi conduzida pelo filósofo carioca Renato Noguera (UFRRJ), um dos

principais expoentes da Filosofia Africana no Brasil. Naquele mês, o GEFAA doou para a Biblioteca do IFCH o livro *Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*, escrito pelo Nogueira. Abordando ensinamentos de um filósofo egípcio/kemético anterior aos “primeiros filósofos” gregos, o professor de filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro trouxe um respaldo para nossas iniciativas na estadual paulista. Ele respondeu a questionamentos feitos pela audiência, ainda muito em dúvida sobre, por exemplo, “porque não chamar aquilo de *pensamento* africano”, contribuindo para a aceitação de um certo estatuto filosófico de nosso empreendimento.

Primeiro, “pensamento” é uma expressão genérica que pode se referir a muitas áreas de conhecimento, incompatível com a maneira como nós já estamos organizando e valorizando nossos conhecimentos e processos educativos atualmente, em disciplinas curriculares. É preciso que os cursos englobem História da África, Literatura Africana, Filosofia Africana, Matemática Africana e assim por diante, se quisermos que o “pensamento africano” seja levado a sério. Por sua vez, a recusa à Filosofia Africana baseada na origem grega da palavra *filosofia* é outra justificativa infundada. Afinal, a origem europeia de palavras como *música* não significa que só existiria, por exemplo, música europeia, ou que os gregos teriam inventado a música como fenômeno humano. Por outro lado, se desconsidera as origens africanas e ameríndias do nosso vocabulário... Se aceitamos a existência de uma filosofia alemã, francesa, grega, por que não aceitaríamos a existência de filosofia bantu, filosofia iorubá, filosofia brasileira?

Se *filosofar* é uma atividade reflexiva a partir da experiência e inquietações que surgem em cada pessoa, comunidade e povos humanos, então ela não pode ser entendida como um conhecimento exclusivo de um único povo ou região qualquer, nem na sua origem, nem atualmente. No Kemet (Egito Antigo), já havia um termo para significar a atividade filosófica, *rekhet* (Nogueira, 2013, p. 146). Mas não esperamos que se abram cursos de *rekhet* nas faculdades hoje. A palavra que usamos pode ter vindo da Grécia, mas a atividade filosófica vem da mente e do coração de toda a gente. Um dos problemas que lidamos é que a representação simbólica (com seus efeitos de poder) do “rótulo” da Filosofia tem um *status* específico, atribuído pela modernidade euro-ocidental, como um saber “elevado”, “iluminado”, “superior”. No fim das contas, é importante disputar o significado social do termo *filosofia*.

“Filosofia Africana” é o termo abrangente para se referir às diversas tendências filosóficas africanas e suas repercussões na chamada diáspora africana, seja aquela de grupos de pessoas africanas sequestradas para escravidão e suas descendentes, forçada pelo tráfico transatlântico, seja a diáspora oriunda de imigração motivada por outros fatores. Há tendências que estiveram e estão mais em contato e em diálogo, outras menos. Muitas delas podem ser identificadas por uma matriz filosófica

comum, ou de outras formas e por certas maneiras são assemelhadas em determinados aspectos. Ao mesmo tempo em que, em outras tendências ou em outros aspectos analisados dessa diversidade filosófica, elas são plurais em suas origens e ainda se diversificam em suas múltiplas trajetórias históricas. Porém, por que não conhecemos essas diversas filosofias na escola, nem ouvimos falar delas em outras situações, salvo exceções?

Ao escrever *Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana*, o filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011, p. 8) discute que “a dúvida sobre a existência da Filosofia Africana é, fundamentalmente, um questionamento acerca do estatuto ontológico de seres humanos dos africanos”. A negação da Filosofia Africana é, conseqüentemente, a negação da humanidade dos africanos, que vem dos tempos iniciais da colonização do Terceiro Mundo e da escravização de pessoas racializadas-inferiorizadas. A combinação entre a crença na irracionalidade dos africanos e o conceito aristotélico de “homem” como *animal racional* amarrou uma lógica colonial na qual se sustentava tanto a exploração dos territórios de povos não-europeus quanto o comércio de pessoas sequestradas e sua escravização.

Se os africanos são obviamente humanos e a experiência humana é a fonte do saber filosófico, então os africanos sempre foram pessoas filosofantes como haveria de se encontrar em quaisquer povos humanos. Contudo, esse raciocínio não é suficiente. Ramose (2011, p. 6) reforça e argumenta que “o fundamento da questão pertence à autoridade; a autoridade de definir o significado e o conteúdo da filosofia”, estabelecida por determinadas relações de poder. Explica o filósofo que “quem quer que seja que possua a autoridade de definir, tem o poder de conferir relevância, identidade, classificação e significado ao objeto definido” (ibidem).

A definição excludente de filosofia como disciplina acadêmica de tradição europeia foi consolidada através do *epistemicídio*, “o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados” (ibidem), bem como de outros povos do Terceiro Mundo e até mesmo de segmentos sociais e comunidades tradicionais dentro do próprio mundo ocidental, como as mulheres, outras identidades de gênero e sexualidade e formações culturais diversas. No discurso racista, os chamados temas, princípios e/ou métodos das filosofias brancas eurocentradas, julgadas “universais”, passam a ser considerados como os únicos aceitos como filosóficos.

Por outro lado, estudiosas/os da Filosofia Africana não reivindicam que se pare de estudar Filosofia Europeia, mas que haja diálogo para que de fato haja *Filosofia*. Ramose propôs, então, a *pluriversalidade* como redefinição da Filosofia como uma área de conhecimento composta de muitos universos filosóficos. Assim, a Filosofia jamais foi universal, mas “pluriversal, apresentando diferentes faces e fases decorrentes de experiências humanas particulares” (ibidem). Dando

continuidade à problematização de Ramose, o professor Nogueira (2014) trata especificamente da importância de se abordar *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639* no Brasil, identificando esse lugar a partir do qual se recusa outras filosofias e reivindicando o caráter polissêmico da Filosofia.

Expansão dentro da universidade

No Encontro de Pesquisa em Filosofia de setembro de 2017, tivemos o prazer de compor uma mesa formada pelos membros do GEFAA. A Mesa de Filosofia Africana do XIX EPGFU contou com a participação da Luciana, Bruna, Rodrigo e eu, mediada pelo Guilherme, trazendo para discussão os temas “Construção de gênero e negritude”, “Renato Nogueira e a Filosofia Afroperspectivista: localizar e denegrir na luta contra o racismo epistêmico”, e “A crítica de Mbembe à diferença racial”. A discussão foi feita a partir dos textos que debatemos juntas nos meses anteriores: *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) da Lélia Gonzalez; *Denegrindo a Filosofia* (2011) e *Denegrindo a Educação* (2012) do Renato Nogueira; e *As formas africanas de auto-inscrição* (2001) do Achille Mbembe. Ainda, alguns meses antes, eu havia levado a mesma problematização sobre a crítica à diferença racial para o “Seminário Raça, Gênero e Diáspora”, organizado pelo Grupo de Estudos de Feminismos Negros.

Em fevereiro de 2018, organizamos a “Formação para Educadores Populares: Filosofias Africanas na sala de aula”, conduzida pelo Teófilo e pelo Rodrigo Marcos de Jesus (UFMT) – que inclusive contou com a ilustre presença do Mestre Marquinhos Simplício. Em agosto, realizamos a 1ª Conferência GEFAA, “Raça como tema filosófico”, também conduzida pelo Téo e realizada no IFCH. Já em setembro, promovemos uma conversa aberta ao público junto com o GELCA no IEL, a partir da leitura do livro *Pele negra, máscaras brancas* (1952) de Frantz Fanon e do artigo *A universalidade de Frantz Fanon* (2011) de Achille Mbembe.

Outros destaques que gostaria de fazer sobre essas participações em eventos acadêmicos são atividades que aconteceram *online*, durante o distanciamento social pela covid-19. Primeiro, a Mesa de Encerramento “Que Humano é esse? Ensino de filosofia africana como um horizonte contra colonial”, mediada por mim e conduzida pelo Luís T. F. Dantas, na I Quinzena Virtual de Ensino e Pesquisa em Filosofia na Graduação, em novembro de 2020. Com nossa indicação, Dantas já havia sido convidado para conduzir o Minicurso “O ensino de Filosofia Africana: propostas descolonizadoras” na I Semana de Ensino de Filosofia, em 2019.

Também o webinar promovido pelo GEFAA sobre “Ancestralidade negra em luta de ação direta” com Fabiana Grande, para o Unicamp Afro, evento organizado pela Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial (CADER) da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp, em

novembro de 2020. Também estive na primeira Mesa do I Vozes Negras na Filosofia, na qual pude mediar os debates feitos pelo Renato Nogueira e pela Katiúscia Ribeiro, cujas suas falas foram, respectivamente, sobre “O amor na filosofia de Orunmilá” e “Madrigestão: o pensamento das mulheres negras na filosofia africana”, em setembro de 2021.

Entre outras coisas, estamos reivindicando nesses eventos a importância das filosofias negras no modo como elas nos fazem reintegrar a existência humana dissecada pelo pensamento ocidental, separador de corpo e alma, divisor de razão e emoção, reflexão e ação. Quando reivindica que *A poesia não é um luxo* (1977), a filósofa afro-estadunidense Audre Lorde enaltece a poesia como nomeação, fronteira e tradução das coisas sentidas e vividas, das sensações e das ideias, sentimentos e pensamentos. É também assim que pensamos e sentimos a sabedoria filosófica como reflexão racional e emocional. Em suas palavras, “essa destilação da experiência da qual brota a verdadeira poesia faz nascer o pensamento, tal como o sonho faz nascer o conceito” (Lorde, 2019, p. 44). A partir dela, reflito como a emocionalidade “influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover” no mundo que compartilhamos (ibidem).

Pelos nossos estudos do pensamento filosófico negro feminino, filosofia só é *sabedoria* quando este conhecimento se converte para a transformação da realidade. Como diria esta escritora, a superação dos silêncios e medos controladores permite acessar uma “reserva incrível de criatividade e poder”, de onde “surge o verdadeiro conhecimento e, com ele, as atitudes duradouras” (ibidem, p. 44-45). Tal inter-relação entre razão e emoção e entre reflexão e ação é condição necessária para que a filosofia encontre sua razão de ser, ou melhor, sua e-motivação para estar sendo; seu sentido mais profundo para o qual se manifeste em nós e partir de nós. “À medida que os conhecemos e os aceitamos”, conforme aprendemos com a filósofa poeta, “nossos sentimentos, e o ato de explorá-los com honestidade, se tornam santuários e campos férteis para as ideias mais radicais” e para a “formulação de qualquer ação significativa” (ibidem, p. 46).

Enquanto Descartes imagina que “penso, logo existo”, Audre Lorde traz que “sinto, logo posso ser livre”, substituindo a ênfase no vínculo entre pensamento e existência pela relação ora harmônica ora conturbada entre sentimento e liberdade (ibidem, p. 47). Enquanto Aristóteles definiu que em sua essência o “homem” é um ser racional, a nossa ancestralidade nos devolve nossa existência como pessoas espirituais, emocionais e racionais. Ao nos percebermos como seres emocionais e, assim, que vivenciam o manejo das emoções, revelamos que entre nossas motivações mais profundas para re-existir não estaria o esforço racional sobre o domínio do corpo emocional, mas sim o esforço espiritual (ou “energético” de uma perspectiva da interconectividade cosmológica) para equilíbrio harmônico entre nossos corpos racionais e emocionais e sua potencialização para

transformações existenciais e sociais intencionadas. Por fim, a poesia e a filosofia não são luxos, mas condições para nossa libertação, para uma libertação humana ecológica. Não é à toa que seu ensaio deságua em como “a poesia [e aqui estou estendendo para a filosofia] cria[m] a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade” (ibidem).

Expansão fora da universidade

Agora, considerando as atividades que nós organizamos ou conduzimos fora da Unicamp, posso mencionar a conversa realizada na Fundação Casa Campinas em dezembro de 2016, na região norte de Campinas, junto com o Leonardo e a Alessandra, professora de filosofia da turma na época, sobre a universidade pública e a sociedade, suas relações, aproximações e distanciamentos, o vestibular e as bolsas de auxílio social, a Moradia Estudantil, etc. Em outubro de 2017, Rogério e eu conduzimos uma atividade sobre a negação da Filosofia Africana e a Filosofia no Kemet na I Semana de Africanidades Carolina Maria de Jesus, organizada por estudantes e com apoio de professoras da Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado (ETECAP), localizada no Santa Mônica, bairro também na região norte.

No mesmo mês, conduzi uma Aula aberta de Filosofia Africana no Cursinho Popular Flor de Maio, em Hortolândia-SP. Outra aconteceu no Cursinho Popular Resposta, no Campo Grande, região noroeste. Entre outubro e novembro, conduzi um Minicurso de introdução às Filosofias Africanas no Centro Cultural Esperança Vermelha, no centro de Campinas: onde, em um sábado, fiz uma Apresentação geral da História das Filosofias Africanas; e, no outro, uma introdução ao livro *Os condenados da Terra* (1961). Em novembro de 2019, realizamos a 2ª Conferência GEFAA, no espaço cultural Maloca Arte e Cultura, na Vila União, região sudoeste. Já em 2022, Flora, Biula, João e eu realizamos três rodas de conversa no São José, região sul da cidade, junto com o Quilombo Urbano Iris de Jesus e as matriarcas da casa, as irmãs dona Marisa e dona Selma.

Nesses processos, no âmbito universitário e fora dele, assumíamos o desafio de não reproduzir uma versão academicista do *paradigma do Outro*, evitando que nossa condução das atividades fosse movida pelo pressuposto de que a nossa contribuição seria a de transferir um saber acadêmico para pessoas não-acadêmicas. Ensinar filosofias africanas envolve uma descolonização não só de conteúdo, mas das próprias perspectivas e práticas de ensino. Não seria coerente ensinar Filosofia Africana com uma prática pedagógica centrada no professor como o único detentor de conhecimento, enquanto os alunos são como recipientes vazios sendo passivamente preenchidos durante a exposição da aula. Podemos perceber a autonomia filosófica das pessoas participantes de

uma atividade quando, por exemplo, elas identificam o problema central do debate antes mesmo de quem está conduzindo a conversa fazer esta introdução.

Partindo da perspectiva da Filosofia Africana como filosofia da libertação, seu ensino deve corresponder ao estímulo da educação filosófica como prática da liberdade, como prática de libertação. Em *Ensinando a transgredir* (1994), a filósofa estadunidense bell hooks nos ensina muito sobre a importância do prazer e do entusiasmo com a educação e sobre o trabalho educativo como uma busca para promover uma comunidade aberta de aprendizado, a partir de uma dinâmica baseada em um esforço coletivo, que valoriza as presenças e todas as outras formas de contribuição (hooks, 2021). Portanto, os processos de aprendizagem devem envolver um trabalho coletivo de reconhecimento mútuo das pessoas como seres humanos integrais, mente, corpo e espírito, cujas vidas complexas em dado momento se encontram e dialogam, em uma encruzilhada de experiências e saberes anteriores ao encontro. Não se trata de uma pessoa que faz a passagem de outras de um conhecimento para outro, de forma descontínua, mas sim da travessia que as pessoas fazem juntas pelas encruzilhadas do mundo, em direção a uma realidade mais humana, mais livre e consciente.

No fim, quando se trata de libertação coletiva, as faculdades e universidades podem ser parte do problema, mas também podem ser parte da solução. É a escravidão mental, que coloniza a intelectualidade acadêmica, que precisa ser superada por uma descolonização do pensamento. Como nos alerta Frantz Fanon, o perigo está quando “o intelectual colonizado, no início da sua coabitação com o povo, privilegia o detalhe e chega a esquecer a derrota do colonialismo, o objetivo mesmo da luta” (Fanon, 1968, p. 37). Então, afinal de contas, por que ensinar Filosofia? Como discuti em *Filosofias da nossa gente: ação é prata, omissão é lixo*, de uma perspectiva mais abrangente, a Filosofia é um saber rebelde, uma inteligência revoltosa, uma ciência insubmissa, porque enfrenta criticamente rotinas de sentimentos, pensamentos e comportamentos pré-fabricadas. A sociedade capitalista é uma fábrica moendo gente e cuspiendo os ossos. Por isso, o exercício filosófico, cuja mera presença da Filosofia Africana não é suficiente, mas é extremamente necessária, precisa ser estimulado nos mais diversos contextos de nossas vidas:

Sendo um *direito*, a educação escolar filosófica, e não só filosófica nem só escolar, precisa ser garantida, não reservada como um privilégio agarrado a condições sociais desiguais, mas um direito popularizado por condições igualitárias. [...] A revolta da filosofia é sua indignação com tudo isso. É a volta que o pensamento dá em seu movimento quando a coisa tá indo, mas não tá indo, por isso se revolta, então, quero dizer, quando as coisas precisam mudar. [...] O proceder filosófico do pensamento recusa continuar o movimento das ideias e dos fatos sem criticá-los, se rebelando contra concepções e situações dadas, para conhecer e enfrentar suas causas, não só seus efeitos. [...]

As filosofias são armas poderosas nessa luta de ideias, entre outros recursos da guerra cultural que vivemos (Silva, 2022).

Conclusão

Para encerrar, chamo atenção para o fato de que estamos diante de mudanças recentes na história da Filosofia acadêmica e o GEFAA é apenas um pequeno ponto nisso tudo. A sua experiência e reflexões desdobradas nos ensinam da sua importância e, sobretudo, da necessidade de maiores investimentos nessas iniciativas, tanto da parte das agendas de pesquisa e ensino da comunidade acadêmica e sua expansão extra-universidade, quanto dos auxílios institucionais. “Obviamente”, diria Matheus Costa (2023, p. 12),

tais mudanças podem parecer para a maioria dos leitores alterações grandes demais, talvez utópicas. De um ponto de vista realista, posso dizer que há cerca de 15 anos, no início da minha formação, acadêmica, falar em filosofias africanas, chinesas ou indígenas já me causaram alguns pedidos de silêncio (para usar um eufemismo); no entanto, hoje há grupos de estudos, iniciações científicas, monografias, dissertações, teses e até palestras em eventos nacionais sobre esses. A mudança será demorada, mas já começou, e não é algo pontual, faz parte de uma mudança mundial.

Visto que o ensino de histórias e culturas africanas, afrobrasileiras e indígenas – incluindo aí suas filosofias – não só não é muito praticado como, muitas vezes, é barrado devido a racismos ainda vigentes, é evidente que estas iniciativas, em prol da sua pesquisa, da divulgação científica, do ensino escolar, de educação informal e não-formal, têm sua devida importância. Formado de maneira autônoma por estudantes dentro da universidade, o GEFAA proporcionou as primeiras discussões coletivas do IFCH-Unicamp em torno da Filosofia Africana promovidas por um grupo organizado para este fim; assim como fora da universidade promoveu essas discussões com a contribuição de todas as pessoas e coletivos que, de diversas formas, participaram das atividades. Apesar de inicialmente a formação e atuação do Grupo de Filosofia Africana da Unicamp ter provocado questionamentos nos corpos docente e discente, digo, sua recusa e resistência em aceitar a própria existência de filosofias não-europeias, em especial as de matrizes afro-indígenas, com o tempo e engajamento, o debate público e embasado foi assegurando a legitimidade de nossas reivindicações.

Em vias de concluir o texto, sem concluir nossos trabalhos, ressalto que nesta história não nos preocupamos em eleger “filósofos de estimação” (ou coisa parecida), imunes a críticas, certos em tudo, apenas invertendo a lógica maniqueísta do Bem e do Mal que os nossos colonizadores usaram contra nós. Nosso maior objetivo é a compreensão e transformação da sociedade para a libertação

dos povos, atendida com o todo mais amplo, mas com foco no seu raio de atuação local. Assim, nosso empenho se orienta à crítica do pensamento eurocêntrico, ao diálogo entre pensamentos africanos, latino-americanos e europeus, entre outros, e à (auto)crítica das filosofias africanas/diaspóricas. E por “pensamento”, como foi discutido, se pode referir também às suas práticas correspondentes, além das emoções que as envolvem; à junção entre sentimento, movimento e pensamento que fundamenta nossa crítica à passividade política.

Por fim, quero mencionar que sempre foi um grande prazer conversar com pessoas que se interessavam e redescobriam conosco o valor desses saberes filosóficos e suas conexões com as lutas por libertação coletiva. Seis anos depois, foi possível analisar tais processos para um balanço crítico dessa experiência de pesquisa e ensino de Filosofia Africana em Campinas. Hoje, muito felizmente, cada vez mais se investiga, se diversifica, se populariza, se fomenta e se renova as contribuições filosóficas populares, africanas, brasileiras, latino-americanas, indígenas. No âmbito das faculdades e universidades, tem aumentado o número de pessoas pesquisando e sendo orientadas em pesquisas sobre filosofias africanas e afrodiáspóricas.

No nosso tempo, duas iniciativas muito importantes e necessárias ainda precisam ser expandidas: primeiro, a criação de disciplinas de Filosofia Africana nos cursos universitários, não só como Tópicos Especiais ofertados eventualmente, mas como componentes curriculares regulares obrigatórios para a formação de pesquisadores e educadores de Filosofia; segundo, a contratação de docentes especialistas na área, ampliando a rede de pesquisas e experiências de ensino-aprendizagem. Evidentemente, essas lutas devem se conectar à expansão da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no ensino básico. Nesse âmbito da divulgação científica, da extensão universitária, da educação formal, informal e não-formal, da ação cultural, da educação popular, das ações extracurriculares, formação de professores, produção de materiais didáticos e paradidáticos, especialização de pessoas envolvidas nas áreas correlatas, muitas coisas já acontecem, que podem ser fortalecidas, e outras mais ainda podem acontecer.

Bibliografia

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

COSTA, Matheus. Da necessidade de aumentar a diversidade cultural no ensino universitário de Filosofia. *PERI*, v.15, v.2, 2023.

- DANTAS, Luís Thiago F. “Oh meu corpo, faz de mim ser que questiona”: O relato sobre uma pesquisa de Filosofia Africana no Brasil. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 10, n. 2, 2019.
- FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.
- PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio. Filosofia Afro-brasileira: Epistemologia, cultura e educação na Caiumba Paulista. Tese de Doutorado em Educação. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2019.
- LIMA, Stephanie. “A gente não é só negro!”: interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- LORDE, Audre. Irmã Outsider. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MESQUITA, Thayná Victória de L. É Preciso Mudar os Lugares da Mesa: um estudo das carreiras militantes de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- MILLS, Charles. The Racial Contract. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- MOREIRA, Fernando. Estudos filosóficos sobre o negro no Brasil: Um levantamento de teses e dissertações em temáticas negras nos programas de pós-graduação da área de Filosofia (1987-2018). *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 10. n. 2, p. 313-345, 2019.
- NOGUERA, Renato. A ética da serenidade. *Ensaio Filosóficos*, V. VIII – Dezembro, 2013.
- NOGUERA, Renato. O ensino de filosofia e a lei 10.639. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Tradução: Dirce Solis, Rafael Lopes, Roberta Cassiano. *Ensaio Filosóficos*, Volume IV – outubro, 2011.
- RIBEIRO, Bruno; MESQUITA, Tayná; LIMA, Stephanie. A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas. *Cadernos de Campo*, vol. 31, n. 2, p.1-23, 2022.
- SILVA, José V. Alves. Filosofias da nossa gente: ação é prata, omissão é lixo. Campinas: Simplício Edições, 2022.

Autor:

José Victor Alves da Silva

*Doutorando em Filosofia, Mestre em Ciência Política e Licenciado em Filosofia pela Unicamp.
Coordenador do GEFAA (Grupo de Estudos de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas).*

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0450384082462828>